

A DISCIPLINA DE LIBRAS NOS CURSOS DE LETRAS: O CENÁRIO DA REGIÃO CENTRO-OESTE

LIBRAS SUBJECT IN THE LANGUAGE AND LITERATURE COURSES: THE MIDWEST REGION SCENARIO

Fabíola A. Sartin Dutra Parreira Almeida¹
 Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem
 Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão
fabiolasartin@gmail.com

Thaysa dos Anjos Silva Romanhol²
 Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão
thaysa.anjos@homail.com

RESUMO: A partir da promulgação da lei nº 10.436 de 24, de Abril de 2002 (BRASIL, 2002), a Língua Brasileira de Sinais – Libras foi reconhecida como a língua dos surdos brasileiros. Em 2005 foi sancionado o decreto 5.626/05 (BRASIL, 2005), que regulamentou a referida lei. Após a publicação de ambos houve um impulsionado movimento das Instituições de Ensino Superior – IES e dos professores para assim cumprir incluir a Libras como disciplina nos cursos de licenciatura. O referido estudo tem como objetivo analisar e comparar ementas e cargas horárias dos cursos de Letras de algumas IES públicas e privadas da região Centro-Oeste. A pesquisa se trata de uma análise documental a qual a primeira etapa contou com a identificação das IES que ofertavam em suas grades o curso de Letras. Em um segundo momento foi feita a busca de matrizes curriculares e outros documentos referentes à disciplina de Libras desses cursos, as quais estavam disponíveis na *internet*. Posteriormente, os dados foram analisados, e pode-se perceber que há uma significativa dessemelhança de horas entre as ofertas das disciplinas, e nem todas as instituições discriminaram a divisão entre horas práticas e teóricas a serem trabalhadas. Percebeu-se uma heterogeneidade de conteúdos trabalhados entre as instituições. Espera-se que esse trabalho propicie o diálogo e a discussão entre comunidade surda e universitária a fim de que a esfera pública seja provocada a repensar e remodelar a política do ensino de Libras nas IES, se atentando e aprimorando a atuação do professor de Libras nas disciplinas dos cursos de Letras.

Palavras-chave: Disciplina de Libras. IES. Licenciatura. Letras.

ABSTRACT: Since the promulgation of the Law nº 10,436 of April 24, 2002 (BRASIL, 2002), the Brazilian Language of Signs – Libras was recognized as the language of the Brazilian deaf. In 2005, decree number 5.626 / 05 (BRAZIL, 2005) was sanctioned, which regulated the mentioned law. After the publication of both, there was a strong movement of Higher Education Institutions (HEI) and teachers to include Libras as a subject in undergraduate courses. The purpose of this study is to analyze and compare the syllabuses and schedules of the Language and Literature courses from some public and private HEIs in the Midwest region of Brazil. The research is a documentary analysis, which first stage counted on the identification of HEIs that offered Language and Literature courses. In a second moment, it was verified documents referring to the discipline of Libras of these courses, which were available on the internet. Subsequently, the data were analyzed, and it can be seen that there is a significant dissimilarity

¹ Professora adjunta no curso de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem e da Unidade Acadêmica Especial de Letras e Linguística da UFG/Regional Catalão.

² Mestranda em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão, bolsista da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Goiás- FAPEG e professora auxiliar de Libras na Universidade Federal de Uberlândia – UFU.

of the number of hours between the offers of the disciplines, and not all the institutions discriminated the division between practical and theoretical hours to be worked. It was noticed a heterogeneity of contents worked among the institutions. We hope that this paper will foster dialogue and discussion between the deaf and university community so that the public sphere is led to rethink, to reshape the politics of the teaching of Libras in HEIs, and to attempt to improve the performance of the Libras professor in Language and Literature Courses.

Keywords: Libras. Undergraduate courses. Language and literature course

Introdução

Acompanhando o processo linguístico de inclusão educacional, o ensino da Libras é um tema indispensável a ser pesquisado. O ensino dessa língua nos cursos de licenciatura, em especial no curso de Letras, é de extrema importância, pois é a “Inclusão Educacional” o sistema atualmente utilizado no ensino regular brasileiro³. Os discentes dos cursos de formação de professores precisam ter conhecimento das especificidades dos surdos, bem como da língua que eles utilizam para entender o mundo. Ao se formarem esses profissionais possivelmente receberão surdos em suas classes, e deverão saber lidar com eles. Em se tratando de tamanha relevância desse conteúdo para o curso de Letras, infelizmente não existe documentos legais ou de orientação que conduzam as especificidades que a disciplina de Libras deve ter nos cursos de Letras, e nem das demais licenciaturas. Cada instituição escolhe, de forma autônoma, aspectos primordiais como carga horária e ementa das disciplinas.

O propósito deste estudo é analisar e comparar ementas e cargas horárias dos cursos de Letras de algumas IES públicas e privadas da região centro-oeste, a fim de se discutir como a disciplina de Libras vem sendo trabalhada em sala de aula. A escolha do curso Letras como enfoque deste trabalho se deve ao cumprimento do decreto 5.626/05 (BRASIL,2005), a qual determinou que o processo de inclusão da Libras como disciplina obrigatória nas licenciatura começasse pelo referido curso, destacando, na nossa visão, a relevância do português como segunda língua para os surdos. A opção pela região Centro-Oeste se justifica pelo limitado número de trabalhos que foram encontrados na área, conforme apontam: LEMOS; CHAVES, 2012, BENASSI, DUARTE, PADILHA, 2012, PEREIRA, 2008, TAVARES; CARVALHO, 2010.

³ O embasamento para legal para a inclusão educacional é Capítulo V da Lei 9394/ 96 que trata da Educação Especial e uma série de outras leis e medidas que garantem o acesso e permanência de pessoas com deficiência em classes regulares de ensino.

A análise documental foi adotada como metodologia para a exploração dos dados que estavam disponíveis na *internet*, sem necessidade, nesse caso, de aprovação das instituições responsáveis pela documentação ou do Comitê de Ética em Pesquisa. Foram coletadas matrizes curriculares, projetos pedagógicos e fichas de disciplinas que estavam disponíveis ao público, todas ligadas ao curso de Letras ofertado por diferentes IES, públicas e privadas da região Centro-Oeste.

Este artigo explana em um primeiro momento uma pequena parte de revisão de literatura que trará um embasamento teórico para os fatos pesquisados. Logo após temos a explicação detalhada de como as informações foram coletadas e apreciadas, sendo essa parte intitulada de metodologia. A maior parte do trabalho está na análise dos dados, que se ocupou de explorar as ementas e carga-horárias das disciplinas de Libras. Por último, será apresentado o desfecho desta pesquisa, as considerações finais.

Um olhar teórico sobre a disciplina de libras

Devido o “recente” reconhecimento legal da Libras como língua por meio da Lei 10.436/02 (BRASIL, 2002), são inúmeros os desafios encontrados pelo professor e pelo sistema político educacional, de uma forma geral, quando o assunto é o ensino da Libras, especialmente, devido à sua presença compulsória no ensino superior. A inserção desta língua no quadro de disciplinas dos cursos de licenciatura a partir de 2002 resultou em uma verdadeira corrida contra o tempo, principalmente para as Instituições de Ensino Superior(doravante IES), que se mobilizaram para criar o curso de Letras Libras em diferentes regiões do país, visando à formação de professores de Libras e o cumprimento do decreto 5.626/05 (BRASIL, 2005).

Esse decreto explora as temáticas apresentadas na Lei de Libras⁴, e determinou na data de sua promulgação que a disciplina de Libras fosse ofertada, progressivamente, num prazo de dez anos para todos os cursos de licenciatura fazendo a seguinte ressalva:

Parágrafo único. O processo de inclusão da Libras como disciplina curricular deve iniciar-se nos cursos de Educação Especial, Fonoaudiologia, Pedagogia e Letras, ampliando-se progressivamente para as demais licenciaturas.

⁴ A Lei 10.436/02 é amplamente conhecida como Lei de Libras.

Mediante esse panorama, de acordo com o Censo da Educação Superior realizado pelo INEP em 2015 (BRASIL, 2016) foram estimados 7.629 cursos de licenciatura em todo o Brasil. Das 235 IES presentes no Centro-Oeste, uma grande parcela é responsável pela oferta desse número de cursos que objetivam a formação de professores, e mais especificamente, por parte dos 1.479 cursos de Letras espalhados pelo Brasil. Frente a esses números, lamentavelmente não há legislações ou medidas de orientação que até hoje que foram criadas para definir as peculiaridades da oferta de Libras nas IES como carga horária, conteúdos, ementa e referencial teórico. Algumas pesquisas como a de Tavares e Carvalho (2010) apontam que existem várias ementas da disciplina de Libras espalhadas em diferentes IES, e que apesar de alguns conteúdos se repetirem entre elas, não há um padrão a ser seguido. Isso aponta que conteúdos essenciais podem não estar presentes nessa disciplina.

Outro ponto negativo oriundo da ausência de padronização da disciplina é a carga horária estabelecida pelas IES. Cada instituição propõe uma carga horária diferente, uns com menos, outros com mais, estabelecendo uma média de 49 horas por disciplina, de acordo com o estudo de (LEMOS; CHAVES, 2012). Uma entrevista feita com discentes egressos de vários cursos de licenciatura apontou que, mesmo sendo 60 horas semestrais, ainda é muito pouco para aprender os conteúdos necessários a fim de lidar com um aluno surdo em sala (BENASSI, DUARTE, PADILHA, 2012).

Há também que se pensar numa estrutura diferente para essa disciplina no caso dos cursos de Letras, que visa à formação de professores de português e de literatura. Isso acontece porque a Língua Portuguesa para os surdos é segunda língua, e não primeira, como para os ouvintes. Em uma sala inclusiva do ensino regular o professor de português precisa levar em consideração esse fator, não aplicando ao surdo a mesma metodologia de ensino que aplicaria ao restante da turma majoritariamente ouvinte.

Relatos de situações de sala de aula de uma classe regular são expostos na obra de Goés; Taturci (2013) e apontam que a presença do surdo mal é percebida em sala pelo professor, indicando seu despreparo para ensinar esse aluno. Esse mesmo relato indica que os jovens surdos não possuem experiências de letramento na escola,

e nem o domínio da leitura e escrita, fazendo pouquíssimas produções autônomas. Ou, por outro lado,

o professor se sente impotente diante de um contexto que foge ao seu domínio de interação comunicativa. A realidade que ele encontra é a de alunos que, como estrangeiros, são se comunicam através da mesma língua” (RIBEIRO, 2013, p.41).

Frente a essa situação “cascata” a qual um desdobramento se interpõe sobre outro, é urgente a necessidade de se pesquisar e dialogar sobre os impactos qualitativos e pedagógicos que a disciplina de Libras (ofertada nas IES) está causando ao processo de ensino e aprendizagem do português em uma sala do ensino regular. Por outro lado, diante aos conflitos específicos da oferta da disciplina, há que se explorarem as condições pela qual esta língua está sendo ensinada nos cursos de letras e demais licenciaturas, e a posição conflituosa dos professores de Libras frente a tantos desafios (PEREIRA, 2008).

Metodologia

Esta pesquisa é de cunho qualitativo, pois é uma atividade voltada à compreensão de um fenômeno social, sistematizado, a qual se propõe a discussão de um cenário socioeducativo a partir de determinados conhecimentos (ESTEBAN, 2010). Contudo, é embasada no estudo de dados e análise de documentos, “requerendo, portanto, um problema mais claro, preciso e específico” característica da pesquisa documental (GIL, 2010, p. 66).

A primeira parte da pesquisa contou com a identificação das IES públicas e privadas da região centro-oeste que ofertavam em suas grades o curso de Letras. Em um segundo momento, foi feita a busca por de matrizes curriculares, projetos pedagógicos e fichas de disciplinas que estavam disponíveis na *internet*, bem como, quaisquer outras fontes de dados disponíveis ao público. O único critério estabelecido foi que as instituições deveriam pertencer aos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. Portanto, foram usados nessa pesquisa todos os documentos que encontrados no dia da pesquisa. As principais informações procuradas foram a carga horária e a ementa das disciplinas de Libras que são ofertadas nos cursos de Letras das instituições supracitadas.

Após o apanhado de toda a documentação, os dados foram simplificados e convertidos em tabelas e quadros para facilitar a análise. Algumas instituições não apresentaram nas escrituras a especificação de carga horária teórica e prática, no entanto, outras explicaram detalhadamente, até mesmo como os conteúdos seriam trabalhados.

Análise dos dados

A documentação encontrada compreende ao período de 2009 a 2016, sendo a maioria de 2010, 2011 e 2012, período em que, de acordo com o decreto 5626/02, oitenta por cento dos cursos de licenciatura deveriam ter a disciplina de Libras em sua grade curricular (BRASIL, 2005). Analisando os dados de instituições públicas e privadas foi possível constatar sete diferentes nomes para a disciplina: Libras, Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, Fundamentos de Libras, Língua Brasileira de Sinais, Estudos em Libras, Introdução a Língua Brasileira de Sinais e Língua Brasileira de Sinais: Noções Básicas.

Com relação à carga horária das disciplinas de Libras ofertadas nos cursos de Letras das instituições públicas (tabela 1), observamos uma grande diversidade de propostas. Algumas IES discriminaram a divisão de horas entre teoria e prática, mas a maior parte não acusou essa informação. A maior carga horária encontrada correspondeu a 72 h teóricas de início, e mais 72 h com um segundo semestre complementar da disciplina, somando ao total 144 h no decorrer do curso. Apesar da favorável carga ofertada por essa instituição no MT, infelizmente determinou-se que esse tempo fosse empregado apenas com assuntos de ordem teórica. O menor volume de horas da disciplina foi encontrado em uma instituição de GO, 54 horas. Esta última não especificou a divisão entre parte teórica e prática.

Tabela 1-Carga horária das disciplinas de IES públicas

Instituição	MT-I1 PB	MT-I2 PB	MS-I1 PB	MS-I2 PB	GO-I1 PB	GO-I2 PB	GO-I3 PB
Carga horária teórica ou	72 T + 72 T	45 T	68	68	64	50T	54

não especificada							
Carga horária prática		15 P				5P	
Total	144	60	68	68	64	55	54

Tabela 2-Carga horária das disciplinas de IES privadas

Instituição privada	MT-I1 PV	MT-I2 PV	MS-I1 PV	MS-I2 PV	GO-I1 PV
Carga horária teórica ou não especificada	40 T	80	30T	40	30T
Carga horária prática	20P				30P
Total	60	80	30	40	60

Voltando à oferta das instituições privadas (tabela 2), a diferença entre as cargas horárias também foi acentuada. A maior correspondeu a 80 h, e a menor se reduziu a metade, 40 h. Diferente das instituições públicas, a maior parte das privadas especificou a distribuição entre teoria e prática. O maior agravante foi encontrar uma disciplina de 30 h, visto que essa carga é completamente insuficiente para se ensinar/aprender uma língua, principalmente se o embasamento for exclusivamente teórico (BENASSI, DUARTE, PADILHA, 2012).

Não basta apenas conhecer aspectos teóricos de uma língua, sua prática é estritamente fundamental para que ocorra uma imersão no mundo visual dos falantes nativos da Libras. Portanto, obviamente a interação na LS dentro de sala é muito relevante, pois “as negociações interacionais e etiquetas conversacionais são parte da cultura de uma comunidade linguística [...] cabe ao professor promover situações

concretas e reais de uso da língua-alvo e trabalhar estes elementos” (BROWN,1994 *apud* GESSER, 2012). Entretanto, é certo afirmar que quando não há um detalhamento estabelecido de horas práticas e teóricas que devem ser cumpridas, o professor tem “mais liberdade” para trabalhar em sala, seguindo os conteúdos propostos na emenda da disciplina.

Fechando a análise das cargas horárias temos entre instituições públicas e privadas a desproporção de 30 h como a menor carga, e 144 h resultantes de um soma, como a maior, (considerando um investimento a obrigatoriedade de cursar 2 semestres propostos pela MT-I1 PB). Isso é significativamente quase 5 vezes menos tempo de aprendizado de uma com relação a outra, e se subtraíssemos a exceção desta única proposta com mais de 100 h, a média entre as demais não chegaria a 60. Contudo, o número de horas entre as instituições públicas foi mais parecido entre si (MT-I1 > <PB- GO-I3 PB) do que as privadas (MT-I2 PV> <MS-I1 PV).

Quadro 1- Conteúdo das disciplinas de IES públicas

Instituição	Conteúdo das ementas
MT-I1 PB MÓDULO 1	<ul style="list-style-type: none"> * Aspectos linguísticos da Libras; * Estudos discursivos em Libras; * O funcionamento da Libras em diversos contextos sociais.
MT-I1 PB MÓDULO 2	<ul style="list-style-type: none"> * Estudos linguísticos e gramaticais do gramaticais do léxico da Língua Brasileira de Sinais; * Ensino-aprendizagem da LP pelo surdo; * Uso da Libras na prática; * Competência do educador para o ensino da língua.
MT-I2 PB	<ul style="list-style-type: none"> * Linguagem, surdez e a Língua de Sinais; * Identificação da criança com surdez; * Educação Bilíngue; * Considerações sobre a Libras e LP; * Atendimento a pessoa com surdez; * Capacitação dos professores p/ a prática da língua; * Etapas do desenvolvimento da criança surda.

MS-I1 PB	<ul style="list-style-type: none"> * Noções históricas da inclusão; * Aspectos linguísticos da Libras;
MS-I2 PB	<ul style="list-style-type: none"> * O surdo e sua cultura; * Educação bilíngue e o papel do intérprete; * Parâmetros da Libras; * Noções básicas da Libras; * Vocabulário .
GO-I1 PB	<ul style="list-style-type: none"> * Prática de compreensão e produção em Libras; * Aspectos estruturais e funções comunicativas da língua; * Concepções sobre a Língua de Sinais, o surdo e a sociedade.
GO-I2 PB	<ul style="list-style-type: none"> * Aspectos históricos, culturais e educacionais relacionados à surdez; * Vocabulário e expressões gramaticais; * Aspectos linguísticos e gramaticais da Libras; * O uso das expressões faciais e corporais; * Conversação.
GO-I3 PB	<ul style="list-style-type: none"> * Aspectos clínicos, educacionais e sócio antropológicos da surdez; * Fonologia da Libras; * Aspectos linguísticos; * Noções básicas do léxico; * O uso da expressão visual-espacial.

Quadro 2- Conteúdo das disciplinas de IES privadas

Instituição	Conteúdo das ementas
MT-I1 PV	<ul style="list-style-type: none"> * Surdez, cultura e relação histórica com a LS; * Aspectos linguísticos e gramaticais da Libras; * Sinais básicos.
MT-I2 PV	<ul style="list-style-type: none"> * Conceitos de deficiência, identidade, cultura e educação; * Caracterização da Libras como um meio de comunicação entre professor e aluno surdo; * Pressupostos históricos, filosóficos, sociológicos, pedagógicos e técnicos de Libras; * Vocabulário; * Aspectos gramaticais da Libras;

	<ul style="list-style-type: none"> * Noções de oralisação; * Noção de diagnóstico da surdez; * Ambiente computacional e o aprendizado da Libras.
MS-I1 PV	<ul style="list-style-type: none"> * A Libras como modalidade e minoria linguística; * Formação bilíngue; * Aquisição da Libras pela criança surda; * Aspectos linguísticos; * Aspectos históricos e sociais da surdez e da modalidade gestual-visual da fala. * Correntes filosóficas da educação de surdos no Brasil; * Legislação e o intérprete de Libras.
MS-I2 PV	<ul style="list-style-type: none"> * Linguagem e surdez; * Libras, Educação Especial e Inclusiva; * Estrutura linguística e gramatical da Libras; * O papel político e pedagógico da escola e do professor.
GO-I1 PV	<ul style="list-style-type: none"> * Inclusão social e educacional das pessoas com necessidades especiais (Deficiência auditiva): * História da educação de surdos; * Libras: conceito e prática

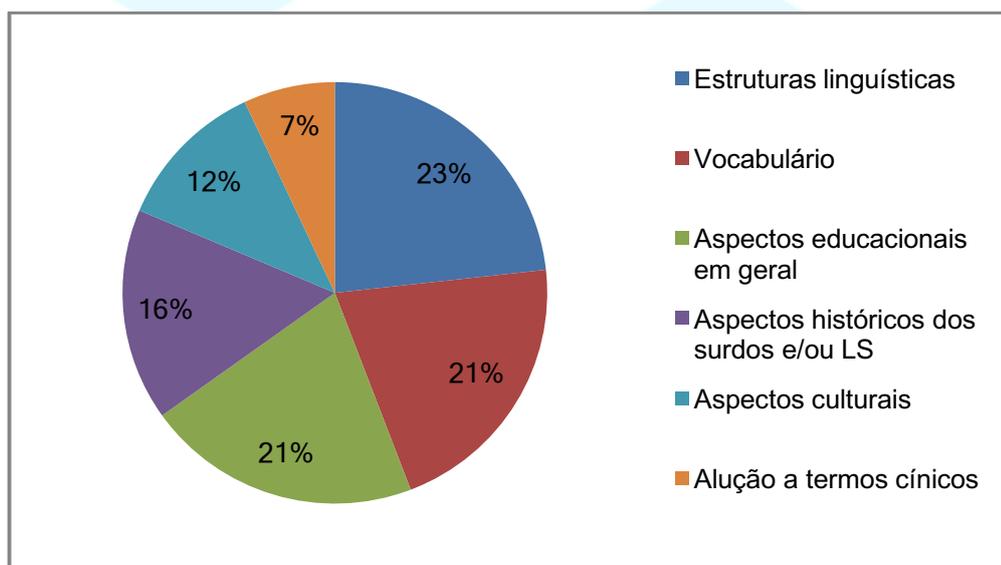
De acordo com o dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, a segunda acepção da palavra “ementa” quer dizer: “2. texto reduzido aos pontos essenciais; resumo, síntese, sinopse”. Dessa forma, apreciaremos somente uma forma condensada da matéria, os pontos principais que serão trabalhados na disciplina, podendo ocasionar por parte do professor, desdobramentos do conteúdo em sala de aula.

Observando os quadros 1 e 2 que mostram o conteúdo das ementas das disciplinas de Libras, a abordagem das estruturas linguísticas e/ou gramaticais da Libras são explicitamente apresentadas em quase todas. Na visão de (GESSER 2012, p. 145) há importantes pontos no ensinamento da gramática que devem ser considerados. O ensino dos elementos gramaticais deve perpassar por situações que envolvam a comunicação, e, além disso, propiciar circunstâncias em que sejam colocadas em prática as regras gramaticais outrora aprendidas. Isso deve ocorrer para que a gramática não seja transmitida aos alunos somente para que eles entendam o

funcionamento da língua, mas para que possam vê-la na prática. Apesar disso, a autora nos relembra: “se o aprendiz é iniciante, e o professor enfatizar as regras da língua em excesso, a aquisição da fluência pode ficar comprometida”. O aluno pode se prender demais as regras desfocalizando-se do mais importante, sua produção comunicativa.

Em segundo lugar, as entradas que mais apareceram foram: “vocabulário” ou palavras ligadas a esse assunto, inclusive em disciplinas em que se apresentava somente a parte teórica na carga horária. Seria isso uma contradição? Qual o sentido de se ensinar vocabulário sem prática? Ou essa determinação teórica está só no papel? Provavelmente sim. Desde alguns anos tem sido discutido sobre uma frequente prática entre alguns professores de Libras, a de ensinar vocabulários avulsos, como se aprender um amontoado de sinais resultaria em saber bem a língua alvo. É muito importante que os sinais sejam contextualizados, e devido a baixa carga horária, que essa prática não ocupe o tempo de toda a aula resultando a supressão de outros assuntos relevantes (BENASSI, DUARTE, PADILHA, 2012). Outra questão relativa ao vocabulário é o não apontamento nas ementas sobre a contextualização com a área do curso, algo que seria extremamente importante e auxiliaria o trabalho do futuro professor em formação (LEMOS; CHAVES, 2012).

Gráfico 1- Principais pontos abordados nas ementas



Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados da pesquisa

Os aspectos educacionais em geral seguidos das noções históricas vieram em terceiro e quarto lugar. O processo de ensino e aprendizagem do surdo pela LP, a nosso ver, seria o mais importante ponto teórico a ser tratado na disciplina, isso porque frente ao sistema inclusivo a qual o aluno surdo é inserido em uma sala onde a maioria dos alunos são ouvintes, tendo a LP como L1. Contudo sabemos que a L1⁵ dos surdos é a Libras, e a LP se apresenta como segunda língua. Ressaltamos mais uma vez o conhecimento específico a esse assunto que o professor de português deve dominar. De forma evidente apenas duas instituições apontaram essa parte em suas ementas. Esperamos que ao mesmo de maneira subjacente esse assunto esteja sendo tratado em sala de aula.

Em último lugar apareceu de copiosos modos entradas ligadas ao conceito de cultura, algo indissociável à língua, do léxico, e dos aspectos linguísticos. Ao nosso entendimento o termo cultura deveria ter aparecido nas primeiras posições do gráfico. O ambiente social pela qual um indivíduo vive reflete plausivelmente na natureza do léxico da língua, como diz (SAPIR, 1969, p. 51):

Que o léxico reflita assim em alto grau a complexidade da cultura é praticamente um fato de evidência imediata, pois o léxico, ou seja, o assunto de uma língua, destina-se em qualquer época a funcionar como um conjunto de símbolos, referentes ao quadro cultural do grupo.

Portanto, quando se transmite a língua deve-se passar também valores culturais de um determinado grupo, nesse caso do mundo dos surdos, a maneira como eles se expressam, entende o universo ao seu redor “com suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das ‘almas’ das comunidades surdas” (STROBEL, 2013, p. 29).

Considerações finais

Esperávamos contar uma quantidade maior de documentos para a análise, mas lamentavelmente as faculdades privadas, que são em maior número no país, não exibem publicamente informações um pouco mais profundas sobre seus cursos, como as ementas.

⁵ O conceito aqui empregado de L1 e L2 foi baseado na leitura de Quadros (1997).

Com este estudo documental foi possível concluir uma dessemelhança de cargas horárias entre os cursos das diferentes IES no centro-oeste. A quantidade de horas destinadas ao aprendizado de uma língua pode influenciar negativamente no trabalho do futuro professor, ressaltando mais vez a pesquisa de Benassi, Duarte e Padilha (2012).

Apesar da semelhança dos conteúdos abordados nas ementas, existe diferença entre eles. Nem sempre a grande ou pequena carga horária destinada às disciplinas reflete na quantidade de conteúdos abarcados nas ementas, pois houve situações, por exemplo, de uma disciplina de 30h ter quase a mesma quantidade de tópicos se comparada a uma disciplina de 80h. Isso pode refletir na qualidade do ensino, pois se tem pouco tempo para trabalhar uma extensa gama de conteúdos, mas que ao mesmo, se estes não forem referenciados causaram algum dano futuro relativo ao entendimento entre professor e aluno surdo. Idealizamos nesse caso um ensino superficial. Afinal, o que se ensinar de tão profundo em 60h? O que haverá de ser priorizado? De qual lado os conteúdos ficarão descompensados?

Frente a essa situação apreciamos, por um lado, algo de extrema valia, que é a difusão/implementação da Libras e da cultura surda no ensino superior, local em que se dá maior vazão às discussões e propostas para melhorar a educação⁶. Por outro lado, constatamos que as ações propostas pelo estado não foram suficientes para garantir a inclusão do surdo ao sistema educacional, a fim de se cumprir a determinação da legislação e, além disso, do clamor social. Embora o que se tenha de “maior peso” legal na área da surdez seja a lei 10.436/02 e o decreto 5626/05, e estes são lacunosos e confusos quanto a importantes informações, como as apresentadas nesse texto.

Portanto, acreditamos que através da união de esforços entre comunidade surda e universitária a esfera pública seja provocada a repensar, remodelar a política do ensino de Libras nas IES públicas, e principalmente privadas, que são em maior número. Seria primordial que o próprio MEC apresentasse uma regulamentação para a padronização da carga horária e ementa para a disciplina de Libras, pois indiretamente isso estaria ligado ao a um plano nacional de promoção de

⁶ Infelizmente quando falamos de dialogar questões e problemas a escola é mais “relapsa” se comparada aos movimentos universitários. Talvez não por escolha, mas por “imposição” de cargas governamentais.

acessibilidade. Consequentemente essa ação se voltaria ao aprimorando a atuação do professor de Libras nas disciplinas dos cursos de letras, favorecendo a formação de futuros docentes na área português como L2 para surdos, bem como um coerente fortalecimento da educação de bilíngue em todo o Brasil.

Referências

BENASSI, C. A.; DUARTE, A.S.; PADILHA, S. de J. Libras no ensino superior: sessenta horas para aprender a Língua ou para saber que ela existe e/ou como se estrutura. **Revista de Letras Norteamericanas**, v. 5, n. 10, 2012.

BRASIL. **Decreto-lei 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Diário Oficial da União (Brasília, DF), 23 dez, 2005.

_____. **Lei Federal 10.436**, de 24 de abril de 2002. Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, 2002.

_____. **Resolução nº 312, de 7 de dezembro de 2011**. Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras - Português/Espanhol, na modalidade à distância, do Centro de Ciências Humanas e Sociais. Boletim Oficial de Atos Administrativos da UFMS: Campo Grande, n.5203, 2012. Disponível em: <<http://ead.sites.ufms.br/files/2014/11/Boletim-de-Servi%C3%A7o-q-aprova-o-nosso-PPP-52031.pdf>>. Acesso em 26 jul. 2016.

_____. MEC. **Alteração curricular Resolução Consepe nº 40/ 24 de maio de 2010**. Matriz curricular do Curso de licenciatura em Letras: habilitação Língua Portuguesa, Espanhola e Literaturas. UFMT: Cuiabá, 2010. Disponível em: <<http://www.ufmt.br/letras/arquivos/29ebeaf16e08bdb538562dc0567edb29.pdf>>. Acesso em 26 jul. 2016.

_____. **Plano de ensino da disciplina de Libras 2 do curso de letras língua portuguesa/literatura**. UFMT: Cuiabá, 2015. Disponível em: <<http://200.129.241.131/portacademico/professor/planoensino/visualizar/codigoDisciplina/10230606/periodo/20151/turma/LL>>. Acesso em 26 jul. 2016.

_____. **Plano de ensino da disciplina de Língua Brasileira de Sinais do curso de letras língua portuguesa/literatura**. UFMT: Cuiabá, 2015. Disponível em: <<http://200.129.241.131/portacademico/professor/planoensino/visualizar/codigoDisciplina/10230570/periodo/20151/turma/LL>>. Acesso em 26 jul. 2016.

_____. **Projeto pedagógico do curso de letras: português**. UFG: Goiânia, 2011. Disponível em: <https://www.letras.ufg.br/up/25/o/2014_PPC_port.pdf>. Acesso em 26 jul. 2016.

_____. MEC-SEPT. **Projeto pedagógico - licenciatura em letras: língua portuguesa**. IFG: Goiânia, 2014. Disponível em:

<http://www.ifg.edu.br/goiania/images/Noticias/arquivos/2015/licenciatura_letras_planejamento_pedagogico.pdf>. Acesso em 26 jul. 2016.

_____. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior**. Dados gerais das graduações presenciais e a distância. Tabela 1.2 - Número de cursos, matrículas, concluintes, vagas oferecidas, candidatos inscritos e ingressos em cursos de graduação. Censo da educação superior 2014. MEC, Brasília: INEP, 2016. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em 10 nov. 2016.

ESTEBAN, M. P. S. **Pesquisa qualitativa em educação: fundamentos e tradições**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

GESSER, A. **O ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender a LIBRAS**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOÉS, M.C. R. de.; TATURCI, D. Alunos surdos na escola regular: as experiências de letramento e os rituais da sala de aula. In: LODI, Ana Claudia. B.; HARRISON, Kathryn Marie P; CAMPOS, Sandra Regina. L de.; TESKE, Ottmar. (Org.) **Letramento e Minorias**. 6.ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

GOIÁS (estado). **Projeto pedagógico do curso de letras**. UEG: Cidade de Goiás, 2009. Disponível em: <http://www.cdn.ueg.br/arquivos/cora_coralina/conteudoN/2462/PP_Letras_UEG.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2016.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. **Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. Chefe de equipe João Carlos Passos Marinho. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. CD-ROM. Produzido por Instituto Antônio Houaiss.

LEMOS, A. M.; CHAVES, E. P. A disciplina de Libras no ensino superior: da proposição à prática de ensino como segunda língua. In: XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino, livro 2, 2012, Campinas. **Anais do XVI ENDIPE**. Campinas: UNICAMP, 2012. p.2285- 2296. Disponível em: <http://www.infoteca.inf.br/endipec/smarty/templates/arquivos_template/upload_arquivos/acervo/docs/2190c.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2016.

MATO GROSSO (estado). Projeto político pedagógico dos cursos de licenciatura em letras – habilitação em língua inglesa e respectivas literaturas do plano nacional de formação de professores da educação básica PARFOR. DEAD-PARFOR-UNEMAT: Pontes e Lacerda, 2011. Disponível em: <<http://dead.unemat.br/home/downloads/projetos/ProjetoLetrasIngles.pdf>>. Acesso em 26 jul. 2016.

MATO GROSSO DO SUL (estado). Projeto pedagógico curso de letras português/inglês e suas literaturas. UEMS: Campo Grande, 2012. Disponível em: <http://www.uems.br/assets/uploads/cursos/ab92c84fca047f59f29d4c9c282a7d96/projeto_pedagogico/1_ab92c84fca047f59f29d4c9c282a7d96_2016-06-04_22-42-10.pdf>. Acesso em 26 jul. 2016.

PEREIRA, T. de L. **Os desafios da implementação do ensino de Libras no ensino superior**. 2008. 97 f. Dissertação (Mestrado em Educação) –Centro Universitário Moura Lacerda de Ribeirão Preto. São Paulo, 2008.

PROJETO pedagógico do curso de graduação em letras. PUC: Goiânia, 2011. Disponível em: <<http://sites.pucgoias.edu.br/home/wp-content/uploads/2013/10/Letras.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

PROJETO pedagógico do curso de licenciatura plena em letras – habilitação português/inglês e respectivas literaturas. AJES: Juína, [s.d]. Disponível em: <<http://www.ajes.edu.br/arquivos/20140908205859.pdf>>. Acesso em 26 jul. 2016.

PROJETO pedagógico do curso superior letras: habilitação espanhol. FID-IDEC: Diamantino, 2010. Disponível em: <<http://www.abenmt.org.br/fid/documentos/letras/ppc-p-e.pdf>>. Acesso em 26 jul. 2016.

PROJETO pedagógico de curso: letras modalidade a distância. UNIDERP: Mato Grosso do Sul, 2012. Disponível em: <http://www.uniderp.br/uniderp/pdf/mec/ead/PPC_LETRAS_EaD.pdf>. Acesso em 26 jul. 2016.

PROJETO pedagógico do curso de licenciatura em letras: habilitações em português/espanhol, português/inglês, e português-literaturas. FEUC : Mato Grosso do Sul, 2010. Disponível em: <<http://www.feuc.br/pdfs/graduacao/LET/projeto-pedagogico.pdf>>. Acesso em 26 jul. 2016.

QUADROS, R. M. de. **Educação de surdos**: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

QUADROS, R. M. de; SCHMIEDT, M. L. P. **Ideias para ensinar português para alunos surdos**. Brasília: MEC, SEESP, 2006. 120p.

RIBEIRO, V. P. **Ensino de língua portuguesa para surdos**: percepções de professores sobre a adaptação curricular em escolas inclusivas. Curitiba: Prismas, 2013.

SAPIR, E. Língua e Ambiente. In: _____. **Linguística como ciência**. Tradução de J. Mattoso Camara Jr. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969.p.43-62.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: UFSC, 2008.

TAVARES, I. M. S.; CARVALHO, T. S. S. de. Inclusão escolar e a formação de professores para o ensino de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais): do texto oficial ao contexto. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DE ALAGOAS (EPEAL), 5, 2010, Maceió. **Anais do V Encontro de pesquisa em educação em Alagoas**. Maceió: PPGE/UFAL, 2010. Disponível em: <http://dmd2.webfaccional.com/anais/>. Acesso em: 28 jul. 2016.



Recebido em 27 de setembro de 2017
Aprovado em 30 de setembro de 2017